ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição nº 1773/2020

São Luís, 17 de dezembro de 2020

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Pleno

- Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior - Presidente
- Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira - Vice-Presidente
- Conselheiro Álvaro César de França Ferreira - Corregedor
- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Ouvidor
- Conselheiro Raimundo Oliveira Filho
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro Edmar Serra Cutrim
- Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
- Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Primeira Câmara

- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Presidente
- Conselheiro Raimundo Oliveira Filho
- Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira
- Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Segunda Câmara

- Conselheiro Alvaro César de França Ferreira - Presidente
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro Edmar Serra Cutrim
- Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Ministério Público de Contas

- Paulo Henrique Araújo dos Reis - Procurador-geral
- Douglas Paulo da Silva - Procurador
- Flávia Gonzalez Leite - Procuradora
- Jairo Cavalcanti Vieira - Procurador

Secretaria do Tribunal de Contas

- Ambrósio Guimarães Neto - Secretário Geral
- Carmen Lúcia Bentes Bastos - Secretária de Gestão
- Renan Coelho de Oliveira - Secretário de Tecnologia e Inovação
- Fábio Alex Costa Rezende de Melo - Secretário de Fiscalização
- João da Silva Neto - Gestor da Unidade de Gestão de Pessoas
- Valeska Cavalcante Martins - Coordenadora de Licitações e Contratos
- Guilherme Cantanhede de Oliveira - Supervisor do Diário Oficial Eletrônico

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	1
Pleno	1
Primeira Câmara	1
Segunda Câmara	1
Ministério Público de Contas	1
Secretaria do Tribunal de Contas	1
ATOS DE ADMINISTRAÇÃO	2
Gestão de Pessoas	2
DELIBERAÇÕES DO CONTROLE EXTERNO	4
Pleno	4
Primeira Câmara	27
Atos dos Relatores	52

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Pessoas

PORTARIA TCE/MA Nº 854, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Concessão de férias a servidor.

O(A) SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias das férias regulamentares, exercício 2021, à servidora Fabiana Mayara Fróes Abreu, matrícula nº 12278, ora exercendo o Cargo Comissionado de Assessor Especial de Conselheiro I deste Tribunal, para gozo no período de 11/01/2021 a 09/02/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE/MA Nº 862 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Alteração de férias do servidor.

O(A) SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, as férias regulamentares, exercício de 2020, da servidora Valeska Cavalcante Martins de Albuquerque, matrícula nº 8953, Auditor Estadual de Controle Externo deste Tribunal, ora exercendo a Função Comissionada de Coordenador de Licitação e Contratos, anteriormente concedidas pela portaria nº 422/2020, para o período de 05/04/2021 a 24/04/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 21 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE/MA Nº 863, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Alteração de férias de servidor.

O(A) SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no

usdas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar para o período de 01/02 a 02/03/2021, 30 (trinta) dias das férias regulamentares, exercício 2020, da servidora Cecília Aparecida Amim Castro, matrícula nº 13045, ora exercendo o Cargo em Comissão de Assistente de Gabinete de Conselheiro I deste Tribunal, anteriormente concedidas pela portaria nº 765/2020.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE Nº. 864 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Substituição de Função Comissionada

O(A) SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no usdas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José de Ribamar Lima do Nascimento, matrícula nº 9233, Técnico Estadual de Controle Externo deste Tribunal, para exercer em substituição, a Função Comissionada de Coordenador de Gestão Patrimonial, durante o impedimento de sua titular, a servidora Bernadeth Pereira de Assunção Rodrigues, matrícula nº 9480, em razão de suas férias, por 30 (trinta) dias, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE/MA Nº 866 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Alteração e remarcação de férias do servidor.

O(A) SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no usdas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar as férias regulamentares referentes ao exercício 2021, do servidor José Francisco Marinho Araújo, matrícula nº 11031, Agente Administrativo da Secretaria Municipal de Administração de São Luís - SEMAD, ora à disposição deste Tribunal, anteriormente concedidas pela Portaria nº 820/2020, do período 06/01 a 04/02/2021 para o período 01/03 a 30/03/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE/MA Nº 867 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Alteração e remarcação de férias do servidor.

O (A) SECRETÁRIO (A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no usdas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar as férias regulamentares do exercício de 2021, do servidor Walber da Silva Abreu, matrícula nº 7674, Auditor Estadual de Controle Externo deste Tribunal, anteriormente concedidas pela portaria no 844/20 do período de 04/01 a 02/02/21, para os períodos de 11 (onze) dias 05/01/2021 a 15/01/2021 e 19 (dezenove) dias para 01/07 a 19/07/2021, conforme memorando nº 011/2020/NUFIS 2/ LIDER 7.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

PORTARIA TCE/MA Nº 868 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a relotação de servidores nas unidades que compõem a estrutura organizacional do TCE e dá outras providências.

O (A) SECRETÁRIO (A) DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no usodas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019 e, considerando o que dispõe a Organização Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos da Lei Estadual nº 9.936/2013, alterada pela Lei Estadual nº 11.170, publicada no Diário da Assembleia do Estado do Maranhão do dia 26 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Relatar os servidores especificados no anexo desta portaria, a considerar retroativo a 26 de novembro de 2019.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Carmen Lúcia Bentes Bastos
Secretária de Gestão

ANEXO DA PORTARIA TCE/MA Nº 868 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

LOTAÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
UCINT (UNIDADE DE CONTROLE INTERNO)	Alaíse Maria Costa Jorge	3145	Analista Executivo
UCINT (UNIDADE DE CONTROLE INTERNO)	Maria Rocha	2162	Ajudante de Conservação e Limpeza
LÍDER 9 (LÍDER DE FISCALIZAÇÃO 9)	Maria do Socorro Alves	5108	Auxiliar de Serviços
UNGEP (UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS)	Michelle Serejo Moreno	6098	Técnico Estadual de Controle Externo
COING (COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS)	Vanda Maria Melo Vidigal	13300	Assistente de Controle Interno

DELIBERAÇÕES DO CONTROLE EXTERNO

Pleno

Processo nº 4304/2016-TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual do Prefeito

Entidade: Município de Santa Quitéria do Maranhão

Exercício financeiro: 2015

Responsável: Sebastião Araújo Moreira (Prefeito), CPF nº 012.044.673-15, residente na Av. Heitor Pedrosa, 0, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, CEP: 65.540-000.

Procuradores constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas do Prefeito de Santa Quitéria do Maranhão, relativa ao exercício financeiro de 2015. Parecer prévio pela desaprovação das contas. Envio dos autos acompanhado do parecer prévio à Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão e de peças processuais à Procuradoria-Geral de Justiça, para providências. Arquivamento de cópias dos autos por meio eletrônico no TCE.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 223/2020

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, I, da Constituição Estadual e o art. 1º, I, c/c o art. 10, I, e o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e

proposta de decisão do Relator, não obstante a abstenção de opinião proferida no Parecer nº 483/2018/GPROC1 do Ministério Público de Contas:

a) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas anuais do Município de Santa Quitéria do Maranhão, relativas ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Sebastião Araújo Moreira, constantes dos autos do Processo nº 4304/2016, com fundamento no art. 8º, § 3º, III, da Lei Estadual nº 8.258/2005, em razão das irregularidades apontadas no Relatório de Instrução (RI) nº 5522/2017 – UTCEX03/SUCEX11, descritas a seguir:

a.1) gestão de pessoal – descumprimento do limite máximo de despesas com pessoal, vez que atingiu o percentual de 64,87% (sessenta e quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) da receita corrente líquida apurada pelo TCE/MA, em desacordo com o disposto na alínea “b” do inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, c/c o art. 169 da Constituição Federal/1988 (seção II, item 1.1 (a) do RI nº 5522/2017 – UTCEX03/SUCEX11):

DESPESA COM PESSOAL	Valor R\$
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.340.265,39
Pessoal Ativo	34.340.265,39
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.055.086,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	580.775,85
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.474.310,94
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	32.285.178,60
LIMITES COM PESSOAL (VALORES APURADOS)	
Receita Corrente Líquida (apurada pelo TCE)	49.771.151,19
Despesa de Pessoal Executivo – Limite Legal – 54% da RCL – art. 20 III, b, da LRF	26.876.421,64
Percentual e Valor Apurados	64,87% 32.285.178,60

a.2) Transparência (Lei nº 131/2009) – Arts. 48 e 48-A da Lei Complementar (LC) nº 101/2000 – A Prefeitura descumpriu o solicitado nos incisos I e II do art. 48-A da Lei 101/2000, com a ausência de disponibilização das referidas informações em tempo real, conforme exige o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LC nº 101/2000 (seção II, item 4-a do RI nº 5522/2017 – UTCEX03/SUCEX11);

a.3) Escrituração: o município não cumpriu as Normas Gerais de Contabilidade para o Setor Público, dado que não cumpriu os princípios, normas e convenções estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, destacando-se as NBC-T16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para os Entes Públicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, constituem condição de validade das transações e registros contábeis (seção II, item 4-b do RI nº 5522/2017 – UTCEX03/SUCEX11);

a.4) Responsabilidade Técnica - Verificou-se que o Senhor Romário Araújo Lopes, CRC/MA-013404/0-0, Contador, não faz parte do quadro de servidores efetivos nem exerce cargo comissionado, descumprindo o disposto no art. 5º, § 7º, da Instrução Normativa (IN) TCE/MA nº 09/2005 (seção II, item 4-c do RI nº 5522/2017 – UTCEX03/SUCEX11).

b) dar ciência ao Senhor Sebastião Araújo Moreira, por meio da publicação deste acórdão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para que tome conhecimento desta decisão;

c) enviar os autos deste processo à Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão, em cinco dias, após o trânsito em julgado, acompanhado do respectivo parecer prévio e do relatório apresentado pelo relator, para a deliberação prevista no § 2º do art. 31 da Constituição Federal;

d) enviar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, em cinco dias, após trânsito em julgado, uma via deste parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação judicial;

e) proceder ao arquivamento de cópia dos autos por meio eletrônico neste TCE/MA, para todos os fins de direito, depois de transcorrido os prazos legais, sem que haja manifestação da responsável e/ou do Ministério Público de Contas.

Presentes à sessão os Conselheiros Joaquim Washington Luiz de Oliveira (Presidente, em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão, Edmar Serra Cutrim e José de

Ribamar Caldas Furtado, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 14 de outubro de 2020.

Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Presidente, em exercício

Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Flávia Gonzalez Leite

Procuradora de Contas

Processo nº 7220/2019 - TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício financeiro: 2018

Denunciante: Denúncia por correspondência eletrônica via Ouvidoria apontando irregularidades na Concorrência Pública nº 002/2018

Denunciados: Zigomar Costa Avelino Filho, CPF 695.274.663-34, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e Marcelo Caetano Braga Muniz, CPF 494.208.103-30, Presidente da CPL, da Prefeitura Municipal de Imperatriz

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Denúncia formulada por correspondência eletrônica via Ouvidoria acerca de irregularidades na Concorrência Pública nº 002/2018, em desfavor dos Senhores, Zigomar Costa Avelino Filho, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e Marcelo Caetano Braga Muniz, Presidente da CPL, da Prefeitura Municipal de Imperatriz. O objeto da denúncia já está sendo objeto de verificação no Processo nº 10331/2018. Duplicidade de processos. Arquivamento. Comunicação aos denunciados.

DECISÃO PL/TCE/MA nº 577/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de denúncia formulada por correspondência eletrônica via Ouvidoria, em desfavor dos Senhores Zigomar Costa Avelino Filho, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e Marcelo Caetano Braga Muniz, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), acerca de suposto superfaturamento e restrição à participação de licitantes por meio de exigências editalícias restritivas de habilitação, além de critério de julgamento inadequado de Técnica e Preço em vez de Menor Preço ocorridas no âmbito da Concorrência nº 002/2018, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de rede de iluminação pública, operação, reforma e obras de ampliação. DECIDEM, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do Relatório e voto do Relator e acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas:

a) arquivar a denúncia, com fulcro no artigo 50, inciso I, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), uma vez que o seu objeto já é matéria de apreciação no Processo nº 10331/2018 que é mais antigo nesta Corte de Contas;

b) dar ciência aos denunciados, o Senhor Zigomar Costa Avelino Filho, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e o Senhor Marcelo Caetano Braga Muniz, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Presentes à sessão os Conselheiros Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, João Jorge Jinkings Pavão, Edmar Serra Cutrim, José de Ribamar Caldas Furtado e Joaquim Washington Luiz de Oliveira (Relator), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 09 de dezembro de 2020.

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Presidente
Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira
Relator
Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Processo nº 158/2020 - TCE

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2020

Representante: Aliança Hospitalar Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob n.º 21.368.399/0001-38, sediada á Rua Mirim, Q.43, L.05, CEP 74.913-353, Setor Vila Alzira, Aparecida de Goiânia/GO

Representado: Município de Santa Luzia, representado pela Senhora Francilene Paixão de Queiroz (Prefeita), CPF nº 031.943.033-25, residente na Rua São José, s/nº, Centro, CEP 65.390-000, Santa Luzia/MA

Procuradores constituídos: Elizaura Maria Rayol de Araújo, OAB/MA nº 8307, Érica Maria da Silva, OAB/MA nº 14155, Marconi Dias Lopes Neto, OAB/MA nº 6550, Silas Gomes Brás Junior, OAB/MA nº 9837

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Representação, com pedido de medida cautelar. Conhecimento. Período de exceção ocasionado pelo estado de pandemia do novo Coronavírus. Verificação do periculum in mora reverso considerando o possível prejuízo à população, por entender que o desabastecimento de medicamentos contínuos e de insumos hospitalares, podem trazer resultados desastrosos para o Município. Aplicação do disposto nos arts. 20, parágrafo único, e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), com a redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. Revogação da cautelar. Considerar parcialmente procedente a representação. Recomendar. Determinar o arquivamento dos autos. Encaminhar à SUPEX para os devidos fins.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 1220/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da representação oferecida pela empresa Aliança Hospitalar Ltda-ME, em face do Município de Santa Luzia/MA, representado pela Senhora Francilene Paixão de Queiroz (Prefeita), com fundamento no art. 40 da Lei nº 8.258/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em razão de supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 1º, XXII, c/c o parágrafo único do art. 43, e 50, I, primeira parte, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundado no art. 43, VII, da Lei Estadual nº 8.258/2005;
- b) dar procedência parcial à representação, em razão das falhas apontadas, com aplicação à responsável, Senhora Francilene Paixão de Queiroz, de multa no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), pelo não envio tempestivo dos elementos de fiscalização dos Pregões Presenciais nº 002/2020, 003/2020, 004/2020 e da Concorrência Pública nº 001/2020, conforme demonstrado no item 3.4 do Relatório de Instrução nº 4851/2020, com fulcro no art. 13 da Instrução Normativa TCE/MA nº 34/2014 (alterada pela Instrução Normativa TCE/MA nº 36/2015), c/c o inciso III do § 3º do art. 274 do Regimento Interno desta Corte de Contas, devida ao erário estadual sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (FUMTEC), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial deste Acórdão;
- c) revogar da medida cautelar, com fundamento nos princípios constitucionais implícitos da proporcionalidade e da razoabilidade, tendo em vista a presença do periculum in mora reverso, considerando o possível prejuízo à população, por entender que o desabastecimento de medicamentos contínuos, pode trazer resultados desastrosos para o Município, haja vista o disposto nos arts. 20, parágrafo único, e 21, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), com a redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018;
- d) arquivar os autos, recomendando-se ao Município de Santa Luzia e seu representante legal, que adote medidas e providências necessárias que visem aprimorar e aperfeiçoar os procedimentos licitatórios, a fim de que as falhas apontadas não se repitam;

e) publicar esta decisão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas, para todos os fins de direito;

f) encaminhar à Supervisão de Execução de Acórdão (SUPEX-TCE/MA), em cinco dias após o trânsito em julgado, cópia deste acórdão e de sua publicação no Diário Oficial deste Tribunal de Contas, para conhecimento e adoção de medidas legais no âmbito de sua competência.

Presentes à sessão os Conselheiros Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão (Relator), Edmar Serra Cutrim, José de Ribamar Caldas Furtado e Joaquim Washington Luiz de Oliveira, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador do Ministério Público de Contas, Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador-Geral de Contas

RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 337, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a sobre a prorrogação do prazo de realização das sessões do Plenário e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em ambiente eletrônico, mediante uso de videoconferência, em caráter excepcional e temporário, decorrente das limitações impostas pela Pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), vírus causador da doença denominada COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e considerando o art. 81, § 2º, da Lei nº. 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão),

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, que lhe outorga o poder para expedir atos e instruções normativas sobre matérias de suas atribuições;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, da eficiência e da razoável duração do processo, previstos nos artigos 5º, incisos LV e LXXVIII e 37, caput, da Carta Política de 1988 e as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal, que assegurou validade jurídica às sessões realizadas por meio eletrônico, com o uso da videoconferência, na forma da Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, da Resolução nº 670, de 23 de março de 2020 e da Resolução nº 672, de 26 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), vírus causador da doença denominada COVID-19 e o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), conforme Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1168, de 22 de abril de 2020, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que reconhece o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Maranhão em decorrência de Doenças Infecciosas Virais 1.5.1.1.0 (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020, que reitera o estado de calamidade pública no Estado do Maranhão e estabelece medidas sanitárias gerais e segmentadas destinadas à contenção do Coronavírus, com objetivo de preservação da vida, promoção da saúde pública, em compatibilidade com os valores sociais do trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria nº 34, de 28 de maio de 2020, que aprova medidas sanitárias gerais e protocolos específicos de medidas sanitárias segmentadas, decorrente competência atribuída ao Secretário-Chefe da Casa Civil pelo Art. 5º, § 3º do Decreto Estadual nº 35.831, de 20 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o disposto Resolução TCE/MA nº 330, de 1 de julho de 2020, que aprovou o Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar ampla publicidade acerca dos dias em que não haverá expediente no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta ATRICON/ABRACOM/AUDICON/CNPTC/ IRB, nº 01, de 27 de março de 2020, que dispõe sobre diretrizes uniformes e colaborativas a serem tomadas pelos Tribunais de Contas, dentre as quais a recomendação de serem viabilizadas sessões e reuniões virtuais, por meio de videoconferência ou de outros instrumentos tecnológicos similares;

CONSIDERANDO a existência de ferramentas tecnológicas que viabilizam de forma segura e prática a realização de sessões não presenciais com total observância aos postulados da publicidade e do devido processo legal;

CONSIDERANDO o grande aumento dos casos de COVID-19 na cidade e, principalmente, nas dependências do Tribunal de Contas; e

CONSIDERANDO a regulamentação da realização de sessões do Plenário e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em ambiente eletrônico, mediante uso de videoconferência, pela Resolução TCE/MA Nº 325, de 22 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. As Sessões do Plenário e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão serão realizadas em ambiente eletrônico, mediante uso de videoconferência, até o dia 30 de junho de 2021, na forma disciplinada na Resolução TCE/MA nº 325, de 2 de abril de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Dê-se ciência. Publica-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior
Presidente

Processo nº 2.299/2020-TCE

Natureza: Fiscalização

Subnatureza: Auditoria – apreciação da legalidade do cálculo das quotas-partes pertencentes aos municípios

Entidade: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA

Exercício financeiro: 2020

Responsável: Marcellus Ribeiro Alves, Secretário de Estado da Fazenda, CPF nº 528.895.213-20, residente e domiciliado na Rua Limeiras, Qd. D, nº 16, Renascença, São Luís/MA, CEP nº 65075-260;

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do cálculo das quotas-partes pertencentes aos municípios, provenientes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), arrecadadas pelo Estado, para o exercício financeiro de 2021. Cumprimento do art. 51, inciso XI, da Constituição Estadual. Aprovação. Publicação. Citação.

DECISÃO PL-TCE Nº 578/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes a apreciação da legalidade do cálculo das quotas-partes pertencentes aos municípios, provenientes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), arrecadadas pelo Estado, para o exercício financeiro de 2021, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 51, inciso XI da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso IX, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, §1º, da Lei Orgânica do TCE/MA, acolhendo o Parecer nº 1241/2020/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem:

a) aprovar os índices de participação dos municípios maranhenses no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) apresentados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão – SEFAZ/MA, a serem aplicados no exercício financeiro de 2021, conforme Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, em anexo desta decisão;

- b) publicar no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão os supramencionados índices, em cumprimento ao que estabelecem o art. 51, inciso XI, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 3º, §8º, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990;
- c) citar o Responsável, Senhor Marcellus Ribeiro Alves, para manifestação, se assim lhe aprouver, acerca das ocorrências apontadas no Relatório de Instrução nº 5317/2020;
- d) determinar o monitoramento pelo setor técnico competente no exercício de 2021, da entrega dos recursos, em cumprimento do art. 1º, inciso IX, da Lei nº 8.258/2005, visando possíveis retificações.

Presentes à sessão os Conselheiros Raimundo Nonato de Carvalho Lago Junior (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão, Edmar Serra Cutrim, José de Ribamar Caldas Furtado e Joaquim Washington Luiz de Oliveira, os Conselheiros - Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, como membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de dezembro de 2020.

Conselheiro Raimundo Nonato Carvalho Lago Junior

Presidente

Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador-Geral de Contas

ANEXO

RELATÓRIO - APURAÇÃO DOS ÍNDICES DOS VALORES ADICIONADOS E DO IPM DE 2021

COD	MUNICÍPIO	VA 2018	ÍNDICE DO VA 2018	VA 2019	ÍNDICE DO VA 2019	COEFIC 75% VA	COEFIC 5% POP	COEFIC 5% AREA	COEFIC 15% FIXO	Tipo:	ÍNDICE 2021
										OFICIAL	
55	ACAILANDIA	2. 121. 210. 586, 10	3, 2623333	1. 969. 557. 820, 59	3, 1170306	3, 1896818	0, 0794644	0, 0881001	0, 0691244	3, 4263707	
105	AFONSO CUNHA	9. 302. 132, 22	0, 0143064	9. 382. 394, 70	0, 0148486	0, 0145774	0, 0046104	0, 0056326	0, 0691244	0, 0939448	
154	AGUA DOCE DO MARANHAO	9. 140. 942, 44	0, 0140584	10. 582. 114, 70	0, 0167473	0, 0154028	0, 0088839	0, 0067236	0, 0691244	0, 1001347	
204	ALCANTARA	18. 114. 784, 42	0, 0278598	23. 043. 279, 82	0, 0364684	0, 0321640	0, 0156159	0, 0177201	0, 0691244	0, 1346245	
303	ALDEIAS ALTAS	54. 408. 039, 97	0, 0836773	64. 446. 186, 41	0, 1019928	0, 0928350	0, 0187499	0, 0294581	0, 0691244	0, 2101675	
402	ALTAMIRA DO MARANHAO	19. 024. 347, 28	0, 0292587	21. 665. 019, 36	0, 0342872	0, 0317729	0, 0057439	0, 0079536	0, 0691244	0, 1145949	
436	ALTO ALEGRE DO	55. 240.	0,	64. 139.	0,	0,	0,	0,	0,	0,	

	MARANHAO	898,92	0849582	912,42	1015081	0932331	0191179	0058141	0691244	1872896
477	ALTO ALEGRE DO PINDARE	23.691,838,87	0,0364371	27.477,512,10	0,0434860	0,0399615	0,0225569	0,0284536	0,0691244	0,1600965
501	ALTO PARNAIBA	371.985,489,01	0,5720981	300.516,276,51	0,4755983	0,5238481	0,0079079	0,1688526	0,0691244	0,7697331
550	AMAPA DO MARANHAO	5.784,785,08	0,0088968	6.987,231,97	0,0110580	0,0099773	0,0049199	0,0076206	0,0691244	0,0916423
600	AMARANTE DO MARANHAO	52.898,034,67	0,0813550	138.629,864,56	0,2193962	0,1503755	0,0292820	0,1128225	0,0691244	0,3616045
709	ANAJATUBA	14.306,520,13	0,0220028	17.938,805,79	0,0283900	0,0251963	0,0189415	0,0142970	0,0691244	0,1275593
808	ANAPURUS	64.791,846,13	0,0996471	70.616,565,05	0,1117581	0,1057025	0,0111175	0,0092360	0,0691244	0,1951805
832	APICUM ACU	10.465,841,79	0,0160960	13.114,889,98	0,0207557	0,0184258	0,0121825	0,0051615	0,0691244	0,1048943
873	ARAGUANA	7.797,166,89	0,0119917	7.952,007,12	0,0125849	0,0122882	0,0109015	0,0122130	0,0691244	0,1045272
907	ARAIOSSES	26.180,097,62	0,0402639	31.868,386,33	0,0504350	0,0453494	0,0328190	0,0270955	0,0691244	0,1743884
956	ARAME	41.548,070,99	0,0638992	60.233,988,26	0,0953266	0,0796128	0,0231095	0,0451405	0,0691244	0,2169873
1004	ARARI	40.503,730,89	0,0622930	34.153,760,83	0,0540519	0,0581724	0,0210935	0,0166890	0,0691244	0,1650794
1103	AXIXA	8.903,901,46	0,0136938	8.789,822,23	0,0139108	0,0138022	0,0085720	0,0024190	0,0691244	0,0939177
1202	BACABAL	506.943,224,	0,7796575	499.941,539,	0,7912096	0,7854335	0,0741670	0,0255290	0,0691244	0,9542540

		88		34							
1251	BACABEIRA	200. 710. 728, 37	0, 3086847	151. 862. 512, 84	0, 2403383	0, 2745114	0, 0120525	0, 0082355	0, 0691244	0, 3639239	
1301	BACURI	6. 727. 656, 16	0, 0103469	10. 655. 251, 90	0, 0168630	0, 0136049	0, 0131320	0, 0133695	0, 0691244	0, 1092309	
1350	BACURITUBA	3. 216. 786, 28	0, 0049473	3. 543. 604, 42	0, 0056081	0, 0052776	0, 0039885	0, 0062590	0, 0691244	0, 0846496	
1400	BALSAS	2. 421. 240. 879, 91	3, 7237672	2. 254. 745. 821, 38	3, 5683702	3, 6460686	0, 0670560	0, 1993335	0, 0691244	3, 9815826	
1509	BARAO DE GRAJAU	73. 196. 523, 20	0, 1125732	82. 998. 452, 76	0, 1313537	0, 1219634	0, 0133000	0, 0334955	0, 0691244	0, 2378834	
1608	BARRA DO CORDA	130. 724. 362, 28	0, 2010486	158. 502. 134, 00	0, 2508461	0, 2259473	0, 0623390	0, 0787345	0, 0691244	0, 4361453	
1707	BARREIRINHAS	104. 118. 047, 12	0, 1601292	102. 487. 310, 20	0, 1621968	0, 1611629	0, 0441885	0, 0462175	0, 0691244	0, 3206934	
1772	BELA VISTA DO MARANHÃO	9. 188. 089, 15	0, 0141309	14. 626. 606, 94	0, 0231481	0, 0186394	0, 0079215	0, 0022440	0, 0691244	0, 0979294	
1731	BELAGUA	2. 770. 026, 36	0, 0042602	3. 623. 714, 91	0, 0057349	0, 0049975	0, 0052785	0, 0086370	0, 0691244	0, 0880375	
1806	BENEDITO LEITE	13. 283. 061, 80	0, 0204288	15. 459. 280, 45	0, 0244659	0, 0224473	0, 0039800	0, 0270250	0, 0691244	0, 1225768	
1905	BEQUIMÃO	14. 439. 827, 82	0, 0222079	16. 860. 504, 37	0, 0266835	0, 0244456	0, 0150385	0, 0119860	0, 0691244	0, 1205946	
1939	BERNARDO DO MEARIM	4. 513. 633, 76	0, 0069418	6. 842. 290, 54	0, 0108286	0, 0088851	0, 0042705	0, 0037500	0, 0691244	0, 0860301	
1970	BOA VISTA DO GURUPI	11. 468. 167,	0, 0176376	9. 356. 895,	0, 0148083	0, 0162229	0, 0065630	0, 0061315	0, 0691244	0, 0980419	

		59		71						
2002	BOM JARDIM	123. 161. 960, 25	0, 1894179	199. 592. 024, 12	0, 3158752	0, 2526465	0, 0294195	0, 0999325	0, 0691244	0, 4511230
2036	BOM JESUS DAS SELVAS	176. 716. 327, 11	0, 2717823	111. 831. 424, 05	0, 1769849	0, 2243835	0, 0240475	0, 0406045	0, 0691244	0, 3581600
2077	BOM LUGAR	22. 219. 325, 32	0, 0341724	16. 866. 037, 36	0, 0266923	0, 0304323	0, 0115150	0, 0067570	0, 0691244	0, 1178288
2101	BREJO	121. 309. 597, 93	0, 1865691	90. 715. 287, 86	0, 1435664	0, 1650677	0, 0257215	0, 0162940	0, 0691244	0, 2762077
2150	BREJO DE AREIA	6. 231. 117, 41	0, 0095832	7. 767. 262, 97	0, 0122925	0, 0109378	0, 0064930	0, 0149560	0, 0691244	0, 1015113
2200	BURITI	56. 638. 898, 29	0, 0871083	39. 131. 990, 85	0, 0619305	0, 0745193	0, 0202665	0, 0223570	0, 0691244	0, 1862673
2309	BURITI BRAVO	23. 782. 358, 12	0, 0365763	32. 822. 498, 64	0, 0519450	0, 0442606	0, 0168785	0, 0240040	0, 0691244	0, 1542676
2325	BURITICUPU	237. 418. 392, 27	0, 3651396	253. 061. 436, 52	0, 4004961	0, 3828178	0, 0511350	0, 0386005	0, 0691244	0, 5416778
2358	BURITIRANA	15. 082. 384, 39	0, 0231961	26. 700. 204, 48	0, 0422559	0, 0327259	0, 0109045	0, 0124140	0, 0691244	0, 1251689
2374	CACHOEIRA GRANDE	2. 144. 043, 20	0, 0032974	3. 247. 037, 70	0, 0051388	0, 0042180	0, 0066650	0, 0131175	0, 0691244	0, 0931250
2408	CAJAPIO	3. 450. 502, 83	0, 0053067	6. 057. 679, 94	0, 0095869	0, 0074467	0, 0078985	0, 0082700	0, 0691244	0, 0927397
2507	CAJARI	6. 742. 594, 84	0, 0103698	8. 084. 901, 12	0, 0127952	0, 0115824	0, 0136950	0, 0100425	0, 0691244	0, 1044444
2556	CAMPESTRE DO MARANHAO	184. 312. 037, 47	0, 2834642	124. 126. 878, 45	0, 1964437	0, 2399539	0, 0101580	0, 0093230	0, 0691244	0, 3285594

2606	CANDIDO MENDES	11. 545. 958, 10	0, 0177572	13. 825. 015, 37	0, 0218795	0, 0198183	0, 0142595	0, 0247975	0, 0691244	0, 1279998
2705	CANTANHEDE	15. 649. 228, 80	0, 0240679	18. 615. 684, 90	0, 0294613	0, 0267645	0, 0155440	0, 0117250	0, 0691244	0, 1231580
2754	CAPINZAL DO NORTE	63. 902. 155, 34	0, 0982788	90. 610. 327, 40	0, 1434003	0, 1208395	0, 0077270	0, 0089570	0, 0691244	0, 2066480
2804	CAROLINA	185. 042. 062, 72	0, 2845870	225. 453. 675, 97	0, 3568039	0, 3206954	0, 0171885	0, 0977060	0, 0691244	0, 5047144
2903	CARUTAPERA	44. 528. 014, 49	0, 0684822	37. 140. 514, 61	0, 0587787	0, 0636304	0, 0168245	0, 0191265	0, 0691244	0, 1687059
3000	CAXIAS	860. 330. 758, 16	1, 3231527	819. 152. 705, 13	1, 2963945	1, 3097735	0, 1165200	0, 0788245	0, 0691244	1, 5742425
3109	CEDRAL	5. 951. 675, 19	0, 0091534	6. 163. 047, 08	0, 0097537	0, 0094535	0, 0075440	0, 0042660	0, 0691244	0, 0903880
3125	CENTRAL DO MARANHAO	3. 576. 049, 19	0, 0054998	4. 009. 995, 42	0, 0063462	0, 0059229	0, 0061290	0, 0048395	0, 0691244	0, 0860159
3158	CENTRO DO GUILHERME	8. 194. 129, 51	0, 0126022	10. 819. 310, 41	0, 0171227	0, 0148624	0, 0095105	0, 0177140	0, 0691244	0, 1112114
3174	CENTRO NOVO DO MARANHAO	15. 802. 171, 36	0, 0243031	28. 847. 389, 53	0, 0456540	0, 0349786	0, 0152800	0, 1274320	0, 0691244	0, 2468150
3208	CHAPADINHA	147. 372. 879, 24	0, 2266533	154. 333. 322, 14	0, 2442486	0, 2354510	0, 0563060	0, 0492560	0, 0691244	0, 4101374
3257	CIDELANDIA	48. 078. 455, 90	0, 0739427	78. 309. 874, 19	0, 1239335	0, 0989381	0, 0103865	0, 0222065	0, 0691244	0, 2006555
3307	CODO	347. 328. 342, 02	0, 5341765	356. 431. 244, 94	0, 5640896	0, 5491331	0, 0868240	0, 0661525	0, 0691244	0, 7712340
		83.		98.						

3406	COELHO NETO	518.326,21	0,1284477	394.427,11	0,1557194	0,1420836	0,0349355	0,0147970	0,0691244	0,2609405
3505	COLINAS	77.729,899,19	0,1195453	86.738,572,74	0,1372728	0,1284091	0,0291005	0,0300410	0,0691244	0,2566750
3554	CONCEICAO DO LAGO ACU	13.883,170,29	0,0213517	15.184,877,97	0,0240317	0,0226917	0,0114745	0,0111215	0,0691244	0,1144121
3604	COROATA	71.549,569,76	0,1100402	78.617,283,28	0,1244200	0,1172301	0,0461445	0,0343370	0,0691244	0,2668360
3703	CURURUPU	29.245,730,60	0,0449787	28.889,317,06	0,0457204	0,0453496	0,0231055	0,0190645	0,0691244	0,1566440
3752	DAVINOPOLIS	407.377,190,26	0,6265291	382.010,940,85	0,6045721	0,6155506	0,0091220	0,0050930	0,0691244	0,6988900
3802	DOM PEDRO	54.593,261,51	0,0839622	57.820,134,16	0,0915064	0,0877343	0,0165015	0,0054375	0,0691244	0,1787977
3901	DUQUE BACELAR	5.857,016,63	0,0090078	7.142,674,56	0,0113040	0,0101559	0,0080205	0,0048220	0,0691244	0,0921228
4008	ESPERANTINOPOLIS	21.696,231,23	0,0333679	29.899,926,73	0,0473197	0,0403438	0,0121840	0,0068620	0,0691244	0,1285142
4057	ESTREITO	598.772,253,00	0,9208867	661.347,827,34	1,0466518	0,9837693	0,0296430	0,0412415	0,0691244	1,1237782
4073	FEIRA NOVA DO MARANHAO	12.394,367,75	0,0190620	15.284,337,72	0,0241891	0,0216256	0,0060095	0,0223485	0,0691244	0,1191080
4081	FERNANDO FALCAO	35.195,548,59	0,0541293	26.318,826,20	0,0416523	0,0478908	0,0073215	0,0771530	0,0691244	0,2014897
4099	FORMOSA DA SERRA NEGRA	21.416,146,20	0,0329371	66.819,813,16	0,1057493	0,0693432	0,0134900	0,0559790	0,0691244	0,2079366
4107	FORTALEZA DOS	57.341,0	0,0	87.513,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	NOGUEIRAS	709,85	0881892	852,78	1384998	1133445	0089265	0281210	0691244	2195164
4206	FORTUNA	13.757,700,29	0,0211588	20.635,632,22	0,0326580	0,0269084	0,0109905	0,0105415	0,0691244	0,1175648
4305	GODOFREDO VIANA	22.366,955,41	0,0343994	416.131,184,83	0,6585710	0,3464852	0,0083525	0,0109230	0,0691244	0,4348851
4404	GONCALVES DIAS	18.129,658,13	0,0278827	22.925,957,06	0,0362827	0,0320827	0,0126740	0,0134025	0,0691244	0,1272836
4503	GOVERNADOR ARCHER	7.282,087,31	0,0111995	10.640,480,63	0,0168397	0,0140196	0,0076605	0,0067630	0,0691244	0,0975675
4552	GOVERNADOR EDSON LOBAO	91.549,153,48	0,1407988	119.185,109,45	0,1886229	0,1647109	0,0129295	0,0093415	0,0691244	0,2561063
4602	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	16.048,735,64	0,0246823	20.686,951,38	0,0327393	0,0287108	0,0118925	0,0123920	0,0691244	0,1221197
4628	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	9.958,997,44	0,0153165	14.554,100,11	0,0230334	0,0191750	0,0055170	0,0056600	0,0691244	0,0994764
4651	GOVERNADOR NEWTON BELLO	24.549,246,07	0,0377557	29.872,428,88	0,0472762	0,0425160	0,0071940	0,0173545	0,0691244	0,1361889
4677	GOVERNADOR NUNES FREIRE	34.782,742,23	0,0534944	38.457,954,42	0,0608637	0,0571791	0,0180750	0,0157310	0,0691244	0,1601095
4701	GRACA ARANHA	7.426,606,44	0,0114218	9.002,295,69	0,0142471	0,0128345	0,0044255	0,0041175	0,0691244	0,0905019
4800	GRAJAU	401.480,521,09	0,6174602	392.846,590,55	0,6217207	0,6195905	0,0491345	0,1344425	0,0691244	0,8722919
4909	GUIMARAES	8.551,359,64	0,0131516	7.141,681,13	0,0113025	0,0122271	0,0085015	0,0072740	0,0691244	0,0971270
5005	HUMBERTO DE CAMPOS	18.296,174,	0,0281388	20.786,283,	0,0328965	0,0305177	0,0202940	0,0260010	0,0691244	0,1459371

		80		01						
5104	ICATU	8. 658. 283, 20	0, 0133161	10. 954. 540, 87	0, 0173367	0, 0153264	0, 0191605	0, 0170600	0, 0691244	0, 1206713
5153	IGARAPE DO MEIO	81. 992. 412, 12	0, 1261009	71. 862. 581, 38	0, 1137300	0, 1199155	0, 0100190	0, 0055925	0, 0691244	0, 2046514
5203	IGARAPE GRANDE	28. 595. 242, 88	0, 0439783	27. 663. 533, 47	0, 0437804	0, 0438794	0, 0080000	0, 0052495	0, 0691244	0, 1262533
5302	IMPERATRIZ	5. 504. 654. 125, 01	8, 4659278	4. 384. 264. 926, 83	6, 9385561	7, 7022420	0, 1828095	0, 0207650	0, 0691244	7, 9749409
5351	ITAIPAVA DO GRAJAU	6. 109. 353, 11	0, 0093959	13. 935. 464, 73	0, 0220543	0, 0157251	0, 0113475	0, 0187920	0, 0691244	0, 1149890
5401	ITAPECURU MIRIM	174. 041. 513, 01	0, 2676686	207. 145. 673, 86	0, 3278296	0, 2977491	0, 0481990	0, 0224265	0, 0691244	0, 4374990
5427	ITINGA DO MARANHAO	171. 911. 337, 15	0, 2643924	223. 913. 397, 77	0, 3543663	0, 3093794	0, 0183740	0, 0543275	0, 0691244	0, 4512053
5450	JATOBA	6. 348. 492, 60	0, 0097637	11. 915. 507, 58	0, 0188575	0, 0143106	0, 0071750	0, 0089700	0, 0691244	0, 0995800
5476	JENIPAPO DOS VIEIRAS	7. 132. 913, 40	0, 0109701	17. 641. 924, 57	0, 0279202	0, 0194452	0, 0116710	0, 0297730	0, 0691244	0, 1300136
5500	JOAO LISBOA	71. 776. 758, 78	0, 1103897	97. 062. 778, 46	0, 1536120	0, 1320009	0, 0167005	0, 0172190	0, 0691244	0, 2350448
5609	JOSELANDIA	8. 487. 005, 34	0, 0130527	12. 891. 492, 50	0, 0204021	0, 0167274	0, 0114260	0, 0106645	0, 0691244	0, 1079423
5658	JUNCO DO MARANHAO	5. 749. 198, 14	0, 0088420	8. 511. 193, 02	0, 0134698	0, 0111559	0, 0024255	0, 0085630	0, 0691244	0, 0912688
5708	LAGO DA PEDRA	87. 537. 052,	0, 1346283	100. 622. 199,	0, 1592451	0, 1469367	0, 0355230	0, 0188150	0, 0691244	0, 2703991

		25		04						
5807	LAGO DO JUNCO	16. 815. 945, 23	0, 0258622	12. 994. 113, 35	0, 0205645	0, 0232134	0, 0076605	0, 0049830	0, 0691244	0, 1049813
5948	LAGO DOS RODRIGUES	9. 415. 337, 26	0, 0144804	10. 722. 846, 10	0, 0169700	0, 0157252	0, 0062705	0, 0033490	0, 0691244	0, 0944691
5906	LAGO VERDE	22. 876. 780, 53	0, 0351835	24. 227. 945, 56	0, 0383432	0, 0367634	0, 0114890	0, 0094530	0, 0691244	0, 1268298
5922	LAGOA DO MATO	8. 729. 907, 05	0, 0134262	10. 608. 032, 37	0, 0167883	0, 0151073	0, 0079505	0, 0229490	0, 0691244	0, 1151312
5963	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	11. 755. 142, 95	0, 0180789	21. 889. 391, 46	0, 0346422	0, 0263606	0, 0080520	0, 0112880	0, 0691244	0, 1148250
5989	LAJEADO NOVO	13. 227. 080, 64	0, 0203427	22. 675. 806, 78	0, 0358868	0, 0281148	0, 0053355	0, 0161665	0, 0691244	0, 1187412
6003	LIMA CAMPOS	153. 966. 039, 28	0, 2367933	93. 852. 669, 24	0, 1485316	0, 1926625	0, 0084045	0, 0048830	0, 0691244	0, 2750744
6102	LORETO	209. 488. 624, 74	0, 3221847	190. 071. 729, 06	0, 3008083	0, 3114965	0, 0085915	0, 0545565	0, 0691244	0, 4437689
6201	LUIS DOMINGUES	4. 161. 001, 29	0, 0063994	4. 640. 100, 38	0, 0073434	0, 0068714	0, 0049120	0, 0071640	0, 0691244	0, 0880718
6300	MAGALHAES DE ALMEIDA	28. 699. 055, 65	0, 0441379	28. 263. 185, 44	0, 0447294	0, 0444337	0, 0140110	0, 0065700	0, 0691244	0, 1341391
6326	MARACACUME	35. 732. 449, 79	0, 0549550	42. 357. 038, 74	0, 0670344	0, 0609947	0, 0151200	0, 0096440	0, 0691244	0, 1548831
6359	MARAJA DO SENA	6. 951. 773, 28	0, 0106915	17. 963. 719, 59	0, 0284295	0, 0195605	0, 0055065	0, 0212745	0, 0691244	0, 1154659
6375	MARANHAOZINHO	10. 210. 619, 05	0, 0157035	24. 401. 268, 56	0, 0386176	0, 0271606	0, 0114945	0, 0115420	0, 0691244	0, 1193215

6409	MATA ROMA	40.010,050,71	0,0615338	65.655,438,19	0,1039066	0,0827202	0,0118930	0,0083205	0,00691244	0,1720581
6508	MATINHA	18.146,040,31	0,0279079	32.436,599,73	0,0513343	0,0396211	0,0165155	0,0062285	0,00691244	0,1314895
6607	MATOES	25.970,784,42	0,0399420	33.130,802,93	0,0524329	0,0461875	0,0238735	0,0319650	0,00691244	0,1711504
6631	MATOES DO NORTE	4.999,220,24	0,0076886	8.830,358,07	0,0139750	0,0108318	0,0118335	0,0120530	0,00691244	0,1038427
6672	MILAGRES DO MARANHAO	10.202,444,65	0,0156909	7.883,073,85	0,0124758	0,0140834	0,0059815	0,0096225	0,00691244	0,0988118
6706	MIRADOR	66.056,500,54	0,1015921	52.720,929,02	0,0834364	0,0925143	0,0148510	0,1292475	0,00691244	0,3057372
6755	MIRANDA DO NORTE	603.935,445,67	0,9288275	295.078,582,77	0,4669926	0,6979101	0,0200565	0,0051740	0,00691244	0,7922650
6805	MIRINZAL	14.474,878,76	0,0222618	18.981,895,53	0,0300408	0,0261513	0,0105735	0,0104320	0,00691244	0,1162812
6904	MONCAO	17.931,557,24	0,0275780	21.483,825,71	0,0340004	0,0307892	0,0236275	0,0188925	0,00691244	0,1424336
7001	MONTES ALTOS	10.616,740,53	0,0163281	40.654,719,54	0,0643403	0,0403342	0,0064735	0,0225775	0,00691244	0,1385096
7100	MORROS	12.732,879,54	0,0195826	16.725,605,03	0,0264700	0,0230263	0,0137330	0,0259785	0,00691244	0,1318622
7209	NINA RODRIGUES	4.674,843,06	0,0071897	5.948,525,57	0,0094142	0,0083020	0,0102145	0,0082265	0,00691244	0,0958674
7258	NOVA COLINAS	20.238,020,26	0,0311252	30.455,646,99	0,0481992	0,0396622	0,0038050	0,0112710	0,00691244	0,1238626
		30.		19.						

7308	NOVA IORQUE	263. 476, 86	0, 0465440	928. 348, 43	0, 0315387	0, 0390414	0, 0033095	0, 0148170	0, 0691244	0, 1262923
7357	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	15. 758. 540, 49	0, 0242360	29. 362. 154, 74	0, 0464687	0, 0353524	0, 0147895	0, 0372010	0, 0691244	0, 1564673
7407	OLHO DAGUA DAS CUNHAS	72. 802. 043, 22	0, 1119665	63. 696. 074, 07	0, 1008057	0, 1063861	0, 0137840	0, 0105465	0, 0691244	0, 1998410
7456	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	9. 092. 991, 90	0, 0139846	9. 796. 923, 57	0, 0155047	0, 0147447	0, 0103890	0, 0030320	0, 0691244	0, 0972901
7506	PACO DO LUMIAR	216. 566. 746, 54	0, 3330706	235. 087. 787, 98	0, 3720509	0, 3525608	0, 0863560	0, 0019235	0, 0691244	0, 5099647
7605	PALMEIRANDIA	8. 763. 508, 81	0, 0134779	12. 812. 336, 32	0, 0202769	0, 0168774	0, 0139375	0, 0080720	0, 0691244	0, 1080113
7704	PARAIBANO	26. 317. 128, 24	0, 0404746	39. 390. 646, 30	0, 0623398	0, 0514072	0, 0151135	0, 0080470	0, 0691244	0, 1436921
7803	PARNARAMA	56. 889. 901, 53	0, 0874943	143. 840. 507, 47	0, 2276426	0, 1575685	0, 0246685	0, 0491515	0, 0691244	0, 3005129
7902	PASSAGEM FRANCA	20. 382. 090, 44	0, 0313468	26. 555. 182, 15	0, 0420263	0, 0366866	0, 0134405	0, 0206030	0, 0691244	0, 1398545
8009	PASTOS BONS	42. 431. 324, 85	0, 0652576	46. 038. 818, 76	0, 0728612	0, 0690594	0, 0137610	0, 0248045	0, 0691244	0, 1767493
8058	PAULINO NEVES	230. 785. 743, 03	0, 3549388	331. 160. 774, 23	0, 5240964	0, 4395176	0, 0113320	0, 0148605	0, 0691244	0, 5348345
8108	PAULO RAMOS	45. 624. 283, 90	0, 0701682	58. 711. 679, 01	0, 0929173	0, 0815428	0, 0148690	0, 0177255	0, 0691244	0, 1832617
8207	PEDREIRAS	170. 618. 969, 82	0, 2624048	142. 751. 709, 03	0, 2259195	0, 2441622	0, 0277230	0, 0039700	0, 0691244	0, 3449796
8256	PEDRO DO ROSARIO	8. 274.	0,	15. 057.	0,	0,	0,	0,	0,	0,

		004, 33	0127251	794, 17	0238305	0182778	0177690	0266025	0691244	1317737
8306	PENALVA	21. 244. 461, 15	0, 0326731	28. 838. 419, 89	0, 0456398	0, 0391565	0, 0271865	0, 0121485	0, 0691244	0, 1476159
8405	PERI MIRIM	8. 052. 147, 05	0, 0123839	8. 780. 573, 02	0, 0138962	0, 0131401	0, 0101185	0, 0060480	0, 0691244	0, 0984310
8454	PERITORO	49. 781. 474, 22	0, 0765618	51. 395. 630, 97	0, 0813389	0, 0789504	0, 0163925	0, 0125095	0, 0691244	0, 1769768
8504	PINDARE MIRIM	37. 277. 740, 32	0, 0573316	53. 252. 416, 15	0, 0842775	0, 0708046	0, 0232795	0, 0040695	0, 0691244	0, 1672780
8603	PINHEIRO	191. 948. 740, 44	0, 2952091	203. 654. 841, 83	0, 3223050	0, 3087571	0, 0589290	0, 0229485	0, 0691244	0, 4597590
8702	PIO XII	29. 959. 895, 17	0, 0460771	33. 164. 423, 21	0, 0524862	0, 0492817	0, 0151835	0, 0082685	0, 0691244	0, 1418581
8801	PIRAPEMAS	10. 755. 074, 76	0, 0165409	13. 540. 191, 31	0, 0214288	0, 0189849	0, 0131620	0, 0104470	0, 0691244	0, 1117183
8900	POCAO DE PEDRAS	16. 050. 186, 05	0, 0246845	26. 373. 466, 58	0, 0417388	0, 0332117	0, 0126310	0, 0150225	0, 0691244	0, 1299896
9007	PORTO FRANCO	449. 218. 286, 54	0, 6908789	393. 964. 086, 69	0, 6234892	0, 6571841	0, 0168795	0, 0215005	0, 0691244	0, 7646885
9056	PORTO RICO DO MARANHAO	2. 947. 264, 09	0, 0045328	3. 642. 266, 24	0, 0057643	0, 0051486	0, 0042225	0, 0037710	0, 0691244	0, 0822665
9106	PRESIDENTE DUTRA	155. 373. 918, 12	0, 2389586	189. 114. 332, 30	0, 2992931	0, 2691259	0, 0337830	0, 0117030	0, 0691244	0, 3837363
9205	PRESIDENTE JUSCELINO	4. 182. 379, 52	0, 0064323	5. 398. 991, 72	0, 0085445	0, 0074884	0, 0089990	0, 0053980	0, 0691244	0, 0910098
9239	PRESIDENTE MEDICI	7. 282. 485,	0, 0112002	7. 595. 019,	0, 0120199	0, 0116101	0, 0049575	0, 0066390	0, 0691244	0, 0923310

		54.		33.						
9270	PRESIDENTE SARNEY	6.048.795,14	0,0093028	8.194.420,45	0,0129685	0,0111357	0,0133695	0,0110145	0,0691244	0,1046441
9304	PRESIDENTE VARGAS	4.821.301,07	0,0074150	6.104.586,90	0,0096611	0,0085381	0,0079100	0,0050170	0,0691244	0,0905895
9403	PRIMEIRA CRUZ	3.819.023,94	0,0058735	5.186.332,16	0,0082079	0,0070407	0,0108230	0,0202450	0,0691244	0,1072331
9452	RAPOSA	67.239.367,96	0,1034113	66.343.864,89	0,1049961	0,1042037	0,0217385	0,0012105	0,0691244	0,1962771
9502	RIACHAO	287.556.405,35	0,4422497	287.687.461,53	0,4552954	0,4487726	0,0142715	0,0966660	0,0691244	0,6288345
9551	RIBAMAR FIQUENE	17.527.981,30	0,0269573	33.840.784,96	0,0535566	0,0402570	0,0055060	0,0111180	0,0691244	0,1260054
9601	ROSARIO	84.255.166,55	0,1295809	91.884.363,26	0,1454166	0,1374988	0,0302040	0,0098290	0,0691244	0,2466562
9700	SAMBAIBA	254.861.154,77	0,3919658	253.525.933,51	0,4012312	0,3965985	0,0040075	0,0375970	0,0691244	0,5073274
9759	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	3.544.104,70	0,0054507	6.823.115,12	0,0107983	0,0081245	0,0054930	0,0094530	0,0691244	0,0921949
9809	SANTA HELENA	37.436.950,44	0,0575765	32.836.874,24	0,0519678	0,0547722	0,0297730	0,0332355	0,0691244	0,1869051
9908	SANTA INES	436.153.825,72	0,6707863	387.180.823,41	0,6127540	0,6417702	0,0629270	0,0119325	0,0691244	0,7857541
10005	SANTA LUZIA	155.006.745,08	0,2383939	209.833.338,11	0,3320831	0,2852385	0,0513535	0,0733700	0,0691244	0,4790864
10039	SANTA LUZIA DO PARUA	41.295.711,02	0,0635111	61.901.304,04	0,0979653	0,0807382	0,0178470	0,0153270	0,0691244	0,1830366

10104	SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	25.775,700,36	0,0396419	30.210,030,56	0,0478105	0,0437262	0,0181210	0,0217620	0,0691244	0,1527336
10203	SANTA RITA	47.126,222,38	0,0724782	62.050,300,31	0,0982011	0,0853397	0,0267520	0,0114790	0,0691244	0,1926951
10237	SANTANA DO MARANHÃO	4.269,178,29	0,0065658	5.538,540,66	0,0087653	0,0076656	0,0094600	0,0141370	0,0691244	0,1003870
10278	SANTO AMARO DO MARANHÃO	3.317,523,04	0,0051022	5.633,404,46	0,0089154	0,0070088	0,0111985	0,0240385	0,0691244	0,1113702
10302	SANTO ANTONIO DOS LOPES	1.568,312,038,11	2,4119983	1.456,212,043,16	2,3046073	2,3583028	0,0102670	0,0116935	0,0691244	2,4493877
10401	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	15.172,888,69	0,0233353	15.275,175,50	0,0241746	0,0237550	0,0131890	0,0141290	0,0691244	0,1201974
10500	SÃO BENTO	31.291,892,47	0,0481256	36.510,131,97	0,0577811	0,0529534	0,0319505	0,0069475	0,0691244	0,1609758
10609	SÃO BERNARDO	58.828,190,87	0,0904753	68.208,936,46	0,1079477	0,0992115	0,0201460	0,0152730	0,0691244	0,2037549
10658	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	191.712,568,11	0,2948459	131.398,543,13	0,2079519	0,2513989	0,0052240	0,0145755	0,0691244	0,3403228
10708	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	46.185,901,93	0,0710320	102.383,463,64	0,1620325	0,1165323	0,0242935	0,0174730	0,0691244	0,2274232
10807	SÃO FELIX DE BALSAS	37.782,946,50	0,0581086	10.201,301,16	0,0161446	0,0371266	0,0032400	0,0308270	0,0691244	0,1403180
10856	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	30.763,578,51	0,0473131	40.919,206,23	0,0647589	0,0560360	0,0083375	0,0113095	0,0691244	0,1448074
10906	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	4.944,070,04	0,0076038	10.052,769,16	0,0159096	0,0117567	0,0086290	0,0345860	0,0691244	0,1240961

11003	SAO JOAO BATISTA	9. 029. 919, 24	0, 0138876	11. 905. 844, 80	0, 0188422	0, 0163649	0, 0146040	0, 0098585	0, 0691244	0, 1099518
11029	SAO JOAO DO CARU	12. 769. 690, 13	0, 0196392	17. 171. 218, 63	0, 0271752	0, 0234072	0, 0111715	0, 0138040	0, 0691244	0, 1175071
11052	SAO JOAO DO PARAISO	36. 745. 344, 92	0, 0565128	62. 841. 617, 13	0, 0994534	0, 0779831	0, 0078985	0, 0311525	0, 0691244	0, 1861585
11078	SAO JOAO DO SOTER	5. 106. 754, 80	0, 0078540	12. 121. 152, 65	0, 0191830	0, 0135185	0, 0131045	0, 0218125	0, 0691244	0, 1175599
11102	SAO JOAO DOS PATOS	48. 577. 320, 69	0, 0747099	60. 159. 098, 08	0, 0952080	0, 0849590	0, 0183240	0, 0224890	0, 0691244	0, 1948964
11201	SAO JOSE DE RIBAMAR	493. 255. 362, 43	0, 7586061	617. 627. 289, 76	0, 9774595	0, 8680328	0, 1255705	0, 0027335	0, 0691244	1, 0654612
11250	SAO JOSE DOS BASILIOS	4. 106. 901, 39	0, 0063162	7. 037. 280, 01	0, 0111372	0, 0087267	0, 0054000	0, 0053650	0, 0691244	0, 0886161
11300	SAO LUIS	21. 110. 142. 375, 28	32, 4665160	19. 937. 463. 132, 20	31, 5531129	32, 0098145	0, 7786965	0, 0088425	0, 0691244	32, 8664779
11409	SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	27. 511. 313, 25	0, 0423112	41. 293. 730, 78	0, 0653516	0, 0538314	0, 0133255	0, 0137900	0, 0691244	0, 1500713
11508	SAO MATEUS DO MARANHAO	56. 513. 239, 51	0, 0869150	66. 220. 985, 30	0, 1048016	0, 0958583	0, 0293485	0, 0118800	0, 0691244	0, 2062112
11532	SAO PEDRO DAGUA BRANCA	67. 862. 415, 46	0, 1043696	46. 001. 591, 49	0, 0728023	0, 0885860	0, 0089680	0, 0109280	0, 0691244	0, 1776064
11573	SAO PEDRO DOS CRENTES	18. 104. 433, 01	0, 0278439	27. 542. 987, 12	0, 0435896	0, 0357168	0, 0032990	0, 0148590	0, 0691244	0, 1229992
11607	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	306. 339. 270, 92	0, 4711370	346. 087. 691, 01	0, 5477198	0, 5094284	0, 0133340	0, 0534140	0, 0691244	0, 6453008

11631	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	2. 880. 836, 45	0, 0044306	5. 624. 068, 48	0, 0089007	0, 0066657	0, 0037010	0, 0063605	0, 0691244	0, 0858516
11672	SAO ROBERTO DO MARANHÃO	3. 865. 868, 52	0, 0059455	9. 183. 257, 17	0, 0145335	0, 0102395	0, 0047485	0, 0034420	0, 0691244	0, 0875544
11706	SAO VICENTE DE FERRER	13. 950. 651, 31	0, 0214555	17. 836. 728, 38	0, 0282285	0, 0248420	0, 0157220	0, 0059590	0, 0691244	0, 1156474
11722	SATUBINHA	6. 922. 661, 18	0, 0106468	6. 838. 534, 67	0, 0108227	0, 0107348	0, 0098330	0, 0067015	0, 0691244	0, 0963937
11748	SENADOR ALEXANDRE COSTA	8. 613. 338, 80	0, 0132470	12. 389. 430, 14	0, 0196076	0, 0164273	0, 0078735	0, 0064680	0, 0691244	0, 0998932
11763	SENADOR LA ROCQUE	66. 273. 847, 81	0, 1019264	83. 720. 134, 79	0, 1324958	0, 1172111	0, 0101010	0, 0112025	0, 0691244	0, 2076390
11789	SERRANO DO MARANHÃO	3. 651. 530, 28	0, 0056159	4. 645. 216, 88	0, 0073515	0, 0064837	0, 0072460	0, 0176755	0, 0691244	0, 1005296
11805	SITIO NOVO	52. 657. 227, 92	0, 0809846	84. 944. 767, 81	0, 1344339	0, 1077093	0, 0127780	0, 0472460	0, 0691244	0, 2368577
11904	SUCUPIRA DO NORTE	31. 285. 998, 77	0, 0481166	42. 108. 106, 89	0, 0666405	0, 0573786	0, 0075165	0, 0162970	0, 0691244	0, 1503165
11953	SUCUPIRA DO RIACHÃO	3. 513. 013, 27	0, 0054029	4. 111. 006, 00	0, 0065061	0, 0059545	0, 0040000	0, 0131040	0, 0691244	0, 0921829
12001	TASSO FRAGOSO	623. 384. 118, 46	0, 9587387	540. 420. 021, 25	0, 8552710	0, 9070049	0, 0060220	0, 0664810	0, 0691244	1, 0486323
12100	TIMBIRAS	16. 613. 237, 95	0, 0255505	19. 883. 280, 36	0, 0314674	0, 0285090	0, 0205820	0, 0225485	0, 0691244	0, 1407639
12209	TIMON	638. 844. 498, 56	0, 9825161	679. 542. 911, 53	1, 0754475	1, 0289818	0, 1195070	0, 0267655	0, 0691244	1, 2443787
		181.		237.						

12233	TRIZIDELA DO VALE	696.0, 917,06	0, 2794423	957.444, 72	0, 3765925	0, 3280174	0, 0155460	0, 0044295	0, 0691244	0, 4171173
12274	TUFILANDIA	8.857.012, 42	0, 0136217	6.243.120, 77	0, 0098804	0, 0117511	0, 0041270	0, 0041095	0, 0691244	0, 0891120
12308	TUNTUM	46.971.685, 55	0, 0722405	76.979.039, 88	0, 1218274	0, 0970340	0, 0295625	0, 0511025	0, 0691244	0, 2468234
12407	TURIACU	14.791.442, 14	0, 0227486	18.232.789, 73	0, 0288553	0, 0258020	0, 0251610	0, 0393180	0, 0691244	0, 1594054
12456	TURILANDIA	13.433.205, 83	0, 0206597	14.140.661, 79	0, 0223791	0, 0215194	0, 0181050	0, 0228675	0, 0691244	0, 1316163
12506	TUTOIA	72.950.557, 62	0, 1121949	92.623.892, 83	0, 1465870	0, 1293910	0, 0415960	0, 0237540	0, 0691244	0, 2638654
12605	URBANO SANTOS	46.141.451, 42	0, 0709636	48.206.773, 11	0, 0762922	0, 0736279	0, 0234070	0, 0258750	0, 0691244	0, 1920343
12704	VARGEM GRANDE	39.685.115, 52	0, 0610340	51.194.700, 99	0, 0810209	0, 0710275	0, 0399355	0, 0297095	0, 0691244	0, 2097969
12803	VIANA	59.468.675, 54	0, 0914603	75.654.946, 13	0, 1197318	0, 1055961	0, 0370600	0, 0176970	0, 0691244	0, 2294775
12852	VILA NOVA DOS MARTIROS	63.095.985, 19	0, 0970390	63.815.064, 05	0, 1009940	0, 0990165	0, 0094640	0, 0180315	0, 0691244	0, 1956364
12902	VITORIA DO MEARIM	42.581.123, 40	0, 0654880	42.210.270, 50	0, 0668022	0, 0661451	0, 0231540	0, 0108710	0, 0691244	0, 1692945
13009	VITORINO FREIRE	66.409.580, 41	0, 1021352	61.971.770, 66	0, 0980768	0, 1001060	0, 0222770	0, 0181015	0, 0691244	0, 2096089
14007	ZE DOCA	133.542.882, 01	0, 2053834	153.243.467, 45	0, 2425238	0, 2239536	0, 0365460	0, 0324610	0, 0691244	0, 3620850
		48.765,	75,	47.390,	75,	75,	5,	5,	14,	100,

TOTAL	955. 541, 40	0000000	244. 524, 67	0000000	0000000	0000000	0000000	9999948	0000000
-------	--------------------	---------	--------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Primeira Câmara

Ata da Nona Sessão Ordinária da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, realizada em vinte em 27 de outubro de 2020

Aos vinte e sete dias de outubro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sua nona sessão ordinária, em ambiente eletrônico, mediante videoconferência, nos termos da Resolução TCE/MA nº 325, de 22 de abril de 2020, e da Portaria nº 379, de 22 de abril de 2020, sob a Presidência do Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado e com a presença, do Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira, do Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa, do Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães, e do Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva. Ausente o Conselheiro Raimundo Oliveira Filho. Havendo número legal e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a Sessão e submeteu à consideração da Câmara, para homologação a Ata da 4ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada em 30 de abril de 2019. O Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira retirou de pauta o Processo nº 8568/2016. Não havendo expedientes a serem lidos, o Presidente franqueou a palavra aos Relatores e ao Procurador de Contas para comunicações, indicações e requerimentos. A seguir, o Presidente passou a Câmara à apreciação/julgamento dos processos, cujos relatórios/votos serão integralmente anexados a esta Ata. **RELATOR CONSELHEIRO JOAQUIM WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA: PROCESSO Nº 11550/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON. Responsável: RAIMUNDO ALVES LIMA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria de Jesus Pereira da Silva. PROCESSO Nº 6903/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Manoel dos Santos França. PROCESSO Nº 7328/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Nasaré Pinheiro Paiva. PROCESSO Nº 3390/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade da aposentadoria voluntária de Meiry do Rosário Coelho Sampaio. PROCESSO Nº 13229/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária concedida a Analice Lima Serejo. PROCESSO Nº 8261/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Judite Lopes de Arraz. PROCESSO Nº 6204/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E**

ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Laura Braga.* PROCESSO Nº 9506/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Stela Medeiros Cruz.* PROCESSO Nº 1099/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Neusa Mota Santana.* PROCESSO Nº 12536/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Giovann Bartolomeu Costa da Silva.* PROCESSO Nº 13277/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Pedro Walber Cunha de Meneses.* PROCESSO Nº 9745/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Raimundo Nonato da Luz Castro.* PROCESSO Nº 8370/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Myriam da Silva Gonçalves.* PROCESSO Nº 13522/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para a reserva remunerada de Manoel Pereira de Souza Filho.* PROCESSO Nº 9370/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Cecílio José Marques de Lemos.* PROCESSO Nº 9566/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Valmiria Sales de Melo.* PROCESSO Nº 2215/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO

BENIN. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria Dilurdes Cutrim Costa.* RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTÔNIO BLECAUTE COSTA BARBOSA: PROCESSO Nº 2474/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Loudemilia Valerio da Silva.* PROCESSO Nº 3230/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Florinda Maria da Costa Lima.* PROCESSO Nº 3941/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Terezinha Jansen Silva.* PROCESSO Nº 6720/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Arlindo Couto Marques Neto.* PROCESSO Nº 7442/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Carmo Cruz de Jesus.* PROCESSO Nº 8137/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria dos Reis Silva Coimbra.* PROCESSO Nº 8268/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Amélia Caminha Ubirajara.* PROCESSO Nº 9337/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Marlenise Leite Corrêa.* PROCESSO Nº 9841/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Laurimar Costa Ferraz.* PROCESSO Nº 10038/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não

há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria José Rodrigues Bogéa.* PROCESSO 10197/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Isabel da Silva Rodrigues.* PROCESSO Nº 10206/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Elza Tomé da Silva.* PROCESSO Nº 11995/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Nelsolino Silva.* PROCESSO Nº 13219/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ana Lúcia Souza Mendes.* PROCESSO Nº 13604/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria da Assenção Lopes Pessoa.* PROCESSO Nº 13614 /2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Fernandes Dias.* PROCESSO Nº 13728/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Jovita Pereira da Silva Sales.* PROCESSO Nº 14346/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Lucia de Fátima Pinto Rocha.* PROCESSO Nº 14491 /2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Vania Cristina dos Reis Barros da Silva.* PROCESSO Nº 14513/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta*

*de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Mirian Câmara Saraiva. PROCESSO Nº 3689/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Adi Lima da Silva. PROCESSO Nº 3692/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Deuzeni de Souza Silva. PROCESSO Nº 12533/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio Liberato da Silva. PROCESSO Nº 13416/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA. Responsável: CARMEM SILVA LIRA NETO. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo de Moraes Aguiar. RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO OSMÁRIO FREIRE GUIMARÃES: PROCESSO Nº 10697/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Jorge Freitas Lima. PROCESSO Nº 10178/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Eldenora Zuila Melo Matos. PROCESSO Nº 12515/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Alzirene Barros Amancio. PROCESSO Nº 10735/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Antonia Ferreira Ribeiro. PROCESSO Nº 4107/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. HOSPITAL ANTONIO PONTES DE AGUIAR. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Zuleide Feitosa da Silva. PROCESSO Nº 3218/2019 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer*

do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Conceição de Maria Pimenta. PROCESSO Nº 4224/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ana Maisa Franco de Oliveira.* PROCESSO Nº 10909/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ana Maria da Silva Borges.* PROCESSO Nº 9185/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ilca Alves Sousa.* PROCESSO Nº 10787/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Gonçalo Amarantino da Silva.* PROCESSO Nº 6794/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Vieira Oliveira.* PROCESSO Nº 11029/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Francisca de Sousa Pereira.* PROCESSO Nº 3366/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria de Jesus Sousa Torres.* PROCESSO Nº 12050/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Alcenio Marques do Rosário.* PROCESSO Nº 6242/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE SAO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Caetana do Socorro Câmara Batista.* O Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado solicitou ao Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira que assumisse a presidência a fim de relatar seus processos constantes na pauta. RELATOR CONSELHEIRO JOSÉ DE RIBAMAR CALDAS FURTADO: PROCESSO Nº 6144/2018 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO.

Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Geraldo Farias Duarte. PROCESSO Nº 6554/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM.* Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Dulce Sousa da Silva. PROCESSO Nº 3367/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV.* Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Santana Santos Saraiva. PROCESSO Nº 9391/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO.* Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Zenobio Alves. PROCESSO Nº 11689/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA.* Responsável: DEOCLIDES PEREIRA DE SÁ NETO. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Elenucia de Carvalho Lima Sousa e Ana Caroline de Carvalho Lima Sousa. PROCESSO Nº 3092/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV.* Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Antonia de Fátima Mendes Gomes. PROCESSO Nº 3615/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV.* Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Francinete de Jesus Rabelo. PROCESSO Nº 3612/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV.* Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Marineide Vieira Coelho. PROCESSO Nº 10651/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO.* Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Marinalda Santos Nascimento. PROCESSO Nº 3597/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV.* Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Walber José Pereira. PROCESSO Nº 3286/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO.* Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira*

*Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Teresinha da Cruz Silva. PROCESSO Nº 13524/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de José Sarney Coelho Pereira. PROCESSO Nº 10848/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO. Responsável: JAIRO CAVALCANTI VIEIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Daniel Pereira da Silva. PROCESSO Nº 14414/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo Benedito Serra Silva. PROCESSO Nº 8223/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Silva. PROCESSO Nº 587/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Suely de Araújo Melo Salles. PROCESSO Nº 14294/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Luz Silva Sampaio. PROCESSO Nº 12076/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Airton Fernandes da Silva. PROCESSO Nº 2346/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Barbara Duarte Ferreira. PROCESSO Nº 3351/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Abraão Lincoln Santos da Fonseca. PROCESSO Nº 4465/2018 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de José Ribamar Moreira Botelho. PROCESSO Nº 6162/2017 -*

APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria da Graça Viana Morada. PROCESSO Nº 5724/2018* -APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio José Ribeiro Silva. PROCESSO Nº 14518/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Joan Adelma Macêdo. PROCESSO Nº 10060/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Francisca Freitas Muniz. PROCESSO Nº 3600/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria de Jesus Barros da Costa. PROCESSO Nº 3673/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Paula Franca da Silva.* Ficam adiados os julgamentos/apreciações dos seguintes processos da relatoria do Conselheiro Raimundo Oliveira Filho: processos nos: 3599/2020, 3648/2020, 3672/2020, 11061/2016, 2932/2016, 2940/2016, 3582/2016, 3642/2020, 3660/2020, 3675/2020, 6143/2017, 6315/2016, 9228/2016, 11443/2016, 12601/2016, 6730/2015, 9311/2016, 12026/2016, 12519/2016 adiados em ausência do Relator. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Rosinete Mendes Pinheiro, Secretária da Primeira Câmara, lavrei a presente ata, que, depois de lida e assinada, será homologada em Sessão da Primeira Câmara.

José de Ribamar Caldas Furtado

Conselheiro Presidente

Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Conselheiro

Antônio Blecaute Costa Barbosa

Conselheiro Substituto

Osmário Freire Guimarães

Conselheiro Substituto

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Ata homologada na 11ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada em 15 de dezembro de 2020.

Ata da Décima Sessão Ordinária da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, realizada em vinte e quatro de novembro de 2020

Aos vinte e quatro dias de novembro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sua décima sessão ordinária, em ambiente eletrônico, mediante videoconferência, nos termos da Resolução TCE/MA nº 325, de 22 de abril de 2020, e da Portaria nº 379, de 22

de abril de 2020, sob a Presidência do Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado e com a presença, do Conselheiro Raimundo Oliveira Filho, do Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira, do Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa, do Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães, e à Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite. Havendo número legal e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a Sessão e submeteu à consideração da Câmara, para homologação a Ata da 7ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada em 25 de agosto de 2020 e Ata da 8ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara realizada em 29 de setembro de 2020. Não havendo expedientes a serem lidos, o Presidente franqueou a palavra aos Relatores e ao Procurador de Contas para comunicações, indicações e requerimentos. A seguir, o Presidente passou a Câmara à apreciação/julgamento dos processos, cujos relatórios/votos serão integralmente anexados a esta Ata. RELATOR CONSELHEIRO RAIMUNDO OLIVEIRA FILHO: PROCESSO Nº 6730/2015 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR. Responsável: MARCOS ANTONIO AGUIAR OLIVEIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria compulsória de Francisco Amaro do Nascimento.* PROCESSO Nº 12633/2015 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON. Responsável: ROBSON PARENTES NOLETO NETO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela ilegalidade e negativa de registro da aposentadoria voluntária de Maria Briolange dos Santos.* PROCESSO Nº 2932/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Marisete dos Santos Silva.* PROCESSO Nº 2940/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: RAIMUNDO IVANIR ABREU PENHA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Mirian Mendes de Sousa Pereira.* PROCESSO Nº 3582/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Lúcia Celina Pavão Sousa.* PROCESSO Nº 6315/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - IPAM. Responsável: RAIMUNDO IVANIR ABREU PENHA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Niseth Lobato Serra.* PROCESSO Nº 6737/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade da aposentadoria voluntária de Maria Antonia Alves Pinheiro.* PROCESSO Nº 6918/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Helena Araújo de Sousa.* PROCESSO Nº 9228/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique

Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ciron Cruz Oliveira da Silva. PROCESSO Nº 9311/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria das Dores Silva de Souza. PROCESSO Nº 10086/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade da aposentadoria voluntária de Maria Gomes de Moura Silva. PROCESSO Nº 11061/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Emilia Arrais Costa. PROCESSO Nº 11443/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Dulce Moraes Rego. PROCESSO Nº 12026/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Geraldino Barbosa Alves. PROCESSO Nº 12197/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria José Gomes de Arruda. PROCESSO Nº 12519/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Manoel Chagas Costa de Moraes. PROCESSO Nº 12601/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Astrogildo Leite Sena. PROCESSO Nº 6143/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Alexandre Moraes Barbosa. PROCESSO Nº 3599/2020 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e*

*registro da aposentadoria voluntária Flávio Almir Neto Baldez. PROCESSO Nº 3642/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria da Graça Amorim Ferreira.*

*PROCESSO Nº 3648/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Lopes Alencar.*

*PROCESSO Nº 3660/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo Porto Noletto.*

*PROCESSO Nº 3672/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ana Rita de Fátima Silva Fontenelle.*

*PROCESSO Nº 3675/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo Cileo de Araújo Sobrinho. RELATOR CONSELHEIRO JOAQUIM WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA: PROCESSO Nº 10097/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Silvana de Fátima Soares Silva.*

*PROCESSO Nº 9513/2017 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Raimunda Firmina Silva.*

*PROCESSO Nº 12023/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Lázaro Santos Silva.*

*PROCESSO Nº 1046/2018 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Ronaldo Jardel Cunha Santos.*

*PROCESSO Nº 942/2018 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva*

*remunerada de Aroudo João Padilha Martins. PROCESSO Nº 8472/2015 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Neacir Sousa Medeiros. PROCESSO Nº 1699/2017 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria da Salete Carvalho Coelho. PROCESSO Nº 8779/2017 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Ubaldo Araújo Silva. PROCESSO Nº 12043/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio Carvalho Silva. PROCESSO Nº 10224/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Iris Dalva Bandeira de Melo. PROCESSO Nº 9247/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Aldenira Araújo Gomes Souza. PROCESSO Nº 8193/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Francisca Lima Coutinho. PROCESSO Nº 9844/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Doracy Dutra Santos. PROCESSO Nº 12598/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Francisco Rocha de Azevedo. PROCESSO Nº 10030/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Claudio de Jesus Teixeira Pereira. PROCESSO Nº 6485/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL.*

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Joany Gomes Milhomem da Silva.* PROCESSO Nº 2466/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Valderice Ferreira Silva.* PROCESSO Nº 9636/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Bastos Silva.* PROCESSO Nº 9438/206 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Carmo Penha de Almeida.* PROCESSO Nº 13688/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de José Tavares.* PROCESSO Nº 2020/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Simone Santos Lima.* PROCESSO Nº 6415/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Gerivaldo Soeiro.* PROCESSO Nº 13173/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria da Graça Santos.* PROCESSO Nº 3727/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria José de Sousa Figuerêdo.* PROCESSO Nº 6804/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Vera Lúcia de Oliveira Santos.* PROCESSO Nº 7567/2019 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais.

DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Iocélia Pereira de Araújo Rocha. PROCESSO Nº 3793/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável:IVALDO FORTALEZA FERREIRA Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Rosinete Soares Pinheiro. PROCESSO Nº 6711/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Salete dos Santos Gomes. PROCESSO Nº 4730/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: RAIMUNDO IVANIR ABREU PENHA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Florentino Assunção Ribeiro. PROCESSO Nº 9530/2019 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Neiri Luci Lindoso Pereira. PROCESSO Nº 7599/2019 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de João Ferreira Lima. PROCESSO Nº 10341/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS. Responsável: ANÍSIO VIEIRA CHAVES NETO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Cinthia Rejane Lima Chaves. PROCESSO Nº 3769/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Aparecida Rocha Alves Mota. PROCESSO Nº 6532/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Raimunda Gomes Silva. PROCESSO Nº 9389/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Rafael Ferreira Santos, Maria Antonia Ferreira Santos, Wellington Ferreira Santos e Lairton Ferreira Santos. PROCESSO Nº 9509/2019 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo

com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Zilda Sousa Caetano. PROCESSO Nº 11101/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Dulce Maria de Sousa Piedade e Emily Eduarda de Sousa Gomes.*

PROCESSO Nº 2188/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de José Antunes Lima de Oliveira.*

PROCESSO Nº 12063/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ulysses Araújo Lima.*

PROCESSO Nº 8800/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Domingas dos Santos Gusmão.*

PROCESSO Nº 8313/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Eurides Pereira.*

PROCESSO Nº 6755/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo Silvestre Lopes.*

PROCESSO Nº 3696/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Kawanderson da Silva Lago e Kawanderson da Silva Lago.*

PROCESSO Nº 5628/2018 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MARANHÃO. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Geraldo Penha Corrêa.*

PROCESSO Nº 8112/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Dhernival Luiz da Silva.*

RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTÔNIO BLECAUTE COSTA BARBOSA: PROCESSO Nº 1675/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e*

de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimunda Anete Fernandes da Silva.. **PROCESSO Nº 3 377/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria de Sousa Lima.* **PROCESSO Nº 9314/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Santana Marques.* **PROCESSO Nº 10176/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Magnolia Barroso Gomes.* **PROCESSO Nº 10960/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo Nonato Linhares.* **PROCESSO Nº 12150/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Gardênia de Fatima Belo Ribeiro Ferreira.* **PROCESSO Nº 05/2017** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Célia Maria Barroso Santos.* **PROCESSO Nº 827/2017** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Zélia Maria Evangelista Rocha Damasceno.* **PROCESSO Nº 1748/2017** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Eliane Costa Angelo.* **PROCESSO Nº 2068/2017** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Dalva dos Santos.* **PROCESSO Nº 2447/2017** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** *A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Sabina Pereira de Sousa.* **PROCESSO Nº 11983/2016** - APRECIÇÃO DA

LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria Lúcia Ramos Prazeres.* PROCESSO Nº 12232/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Divanilce do Socorro Ferraz de Sousa Pestana.* PROCESSO Nº 14433/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Bores Viana de Souza.* PROCESSO Nº 1638/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Luis Henrique Melo da Silva.* PROCESSO Nº 2005/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de José Ribamar Muniz.* PROCESSO Nº 5276/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Ana Maria Barbosa dos Santos Silva, Enzo Gabriel dos Santos Silva e Geovana dos Santos Silva.* PROCESSO Nº 5463/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria de Fátima Ferreira de Araújo Sousa.* PROCESSO Nº 7285/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria de Lourdes Leite da Silva.* PROCESSO Nº 829/2018 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Marcos Adriano Pinto Cotrim.* PROCESSO Nº 788/2017 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de João da Cruz Lovor Campos.* PROCESSO Nº 5299/2027 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável:

IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Arias Ribeiro Cunha. PROCESSO Nº 9530/2017 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio de Lisboa da Silva Feitosa. PROCESSO Nº 4868/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO – COROATAPREV DE COROATÁ. Responsável: DIOCLECIANO DIAS CARNEIRO FILHO. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de José Gomes da Silva. PROCESSO Nº 4871/2020 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO – COROATAPREV. Responsável: DIOCLECIANO DIAS CARNEIRO FILHO. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria Rosa de Assunção Maraes. PROCESSO Nº 3511/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Wendel Silva Barbosa e Sandra Maria Costa Barbosa. PROCESSO Nº 11756/2015 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TIMBIRAS. Responsável: ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Carlos Andre Lopes Ribeiro. RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO OSMÁRIO FREIRE GUIMARÃES: PROCESSO Nº 13564/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Odete Silva Santos. PROCESSO Nº 10199/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de José de Ribamar Fernandes Menezes. PROCESSO Nº 11097/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Cleonice Mendes Cruz. PROCESSO Nº 10679/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Lúcia de Fátima Ferreira. PROCESSO Nº 13201/2016 - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva.*

Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Nilson Amado Caldas. PROCESSO Nº 8271/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Celeste Alves dos Santos. PROCESSO Nº 9574/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Vilma Coelho Costa. PROCESSO Nº 9243/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria das Graças da Silva Santos. PROCESSO Nº 13521/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Ana Maria de Sousa. PROCESSO Nº 3792/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Sandra Maria Silva Ferreira. PROCESSO Nº 8557/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Delcy Teixeira Valadares. PROCESSO Nº 13730/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria do Amparo Gomes Frazão. PROCESSO Nº 10833/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria das Dores da Silva Ribeiro. PROCESSO Nº 12562/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria das Graças Gomes Carvalho. PROCESSO Nº 12535/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis.* Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de*

*acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Gilberto Vieira Araújo. **PROCESSO Nº 13276/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Nilson Santos Rodrigues. **PROCESSO Nº 9752/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio José Alves Costa. **PROCESSO Nº 14516/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Reginaldo Ramos. **PROCESSO Nº 2181/2017** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Antonio Carlos Lima de França. **PROCESSO Nº 13216/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Aniceto Francisco dos Santos. **PROCESSO Nº 12402/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Aldemir Amorim Ferreira. **PROCESSO Nº 11042/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Teodoro Lima Neto. **PROCESSO Nº 9523/2017** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Herbert Cruz Costa dos Santos. **PROCESSO Nº 12526/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Nelson Serra Silva. **PROCESSO Nº 12256/2016** - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade*

*e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria Esterlina Melo Pereira. **PROCESSO Nº 1 2464/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Cleony Abreu Sampaio Silva. **PROCESSO Nº 12212/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Berenice de Jesus Barros Moreira. **PROCESSO Nº 12260/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Josirene de Oliveira Paiva Machado e Carlos Alexandre Paiva Machado. **PROCESSO Nº 3432/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Anderson Gabriel Santos Gomes. **PROCESSO Nº 14348 2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Flávia Gonzalez Leite. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Angelita Botelho Abreu. **PROCESSO Nº 7085/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Tania Maria Sousa Antunes. **PROCESSO Nº 14121/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON. Responsável: LÁZARO MARTINS ARAÚJO. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Deuselina Durval de Macedo Veloso. **PROCESSO Nº 12968/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON. Responsável: ROBSON PARENTES NOLETO SILVA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Neuzimar Assunção da Silva Lima. **PROCESSO Nº 11723/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS. Responsável: ANÍSIO VIEIRA CHAVES NETO. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Arinete Souza e Silva Ribeiro. **PROCESSO Nº 11508/2016** - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON. Responsável: ROBSON PARENTES NOLETO SILVA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. **DELIBERAÇÃO:** A Primeira*

Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Laurinda Raquel Gomes. PROCESSO Nº 1150/2015 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS. Responsável: HELAINE DE PONTES RIBEIRO. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria por invalidez de Raimundo Nonato Ferro e Silva. PROCESSO Nº 13509/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – IPAM. Responsável: MARIA JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria da Conceição Praseres Rodrigues. PROCESSO Nº 14386/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS. Responsável: ANÍSIO VIEIRA CHAVES NETO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Francisco Annes de Carvalho. PROCESSO Nº 13089/2013 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTA LUZIA. Responsável: YANNE LOPES SILVA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Maria da Silva Sousa, Thais Fernanda da Silva Sousa, Tailson da Silva Sousa e Taian da Silva Sousa. PROCESSO Nº 12328/2016 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS. Responsável: ANÍSIO VIEIRA CHAVES NETO. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com a proposta de decisão do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Rozilene Maria Mendes de Abreu. O Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado solicitou ao Conselheiro Raimundo Oliveira Filho que assumisse a presidência a fim de relatar seus processos constantes na pauta. RELATOR CONSELHEIRO JOSÉ DE RIBAMAR CALDAS FURTADO: PROCESSO Nº 3386/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO- IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Benedito de Jesus Nina Sousa Filho. PROCESSO Nº 3370/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Lúcia Maria Costa Santos. PROCESSO Nº 3636/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Luzia Ribeiro dos Santos. PROCESSO Nº 3622/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – IPREV. Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de José Carvalho Neto. PROCESSO Nº 3398/2020 - APRECIACÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE

PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo João Andrade Filho Segundo. PROCESSO Nº 3667/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de José Henrique Nogueira Ribeiro. PROCESSO Nº 3641/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Vanilda Barroso da Silva. PROCESSO Nº 3643/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria de Nazare Nunes Batista. PROCESSO Nº 3627/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Naiza Bittencourt Vieira. PROCESSO Nº 797/2017* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de José Maria Lustosa. PROCESSO Nº 3679/2020* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: JOEL FERNANDO BENIN. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria da Glória de Souza Brasil. PROCESSO Nº 13166/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Aldina Freitas de Jesus. PROCESSO Nº 8274/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Marlene Rodrigues de Sousa. PROCESSO Nº 4008/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Conceição de Maria Chaves Rocha. PROCESSO Nº 8560/2016* - APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público:

Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. *DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da pensão previdenciária de Alfredo Monteiro Martins. PROCESSO Nº 3803/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Nancy Menezes Pedrino. PROCESSO Nº 7301/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Iracilda Maia Silva. PROCESSO Nº 13245/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Luiza Beserra da Silva Oliveira. PROCESSO Nº 3613/2020 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV. Responsável: MAYCO MURILO PINHEIRO. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Raimundo do Espírito Santo Ferreira. PROCESSO Nº 9173/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Eliude Cleide Campos Viegas. PROCESSO Nº 3010/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Antonio Carlos Ramos Filho. PROCESSO Nº 14499/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Maria Fernanda Cutrim Mendonça. PROCESSO Nº 10022/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Regina Célia Mondego Silva. PROCESSO Nº 10209/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Adão Barbosa da Silva. PROCESSO Nº 9331/2016 - APRECIADA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Jairo Cavalcanti Vieira. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela*

legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Rosete da Silva Santos. PROCESSO Nº 10633/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Douglas Paulo da Silva. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da transferência para reserva remunerada de Emanuel de Souza Araújo. PROCESSO Nº 13143/2016 - APRECIADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA DO MARANHÃO. Responsável: IVALDO FORTALEZA FERREIRA. Ministério Público: Paulo Henrique Araújo dos Reis. Não há representantes legais. DELIBERAÇÃO: A Primeira Câmara, por unanimidade e de acordo com o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pela legalidade e registro da aposentadoria voluntária de Nail Correia Costa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Rosinete Mendes Pinheiro, Secretária da Primeira Câmara, lavrei a presente ata, que, depois de lida e assinada, será homologada em Sessão da Primeira Câmara.

José de Ribamar Caldas Furtado
Conselheiro Presidente
Raimundo Oliveira Filho
Conselheiro
Joaquim Washington Luiz de Oliveira
Conselheiro
Antônio Blecaute Costa Barbosa
Conselheiro Substituto
Osmário Freire Guimarães
Conselheiro Substituto
Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Ata homologada na 11ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada em 15 de dezembro de 2020.

Atos dos Relatores

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de trinta dias

Processo nº 10287/2019

Natureza: Tomada de Contas Especial

Exercício financeiro: 2012

Entidade: Liga Independente do Bumba-Meu-Boi do Maranhão (LIBMA)

Responsável: Washington Luis Rocha Coelho

O Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães, na forma da Lei nº 8.258 de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), e do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de trinta dias, que, por este meio, CITA o senhor Washington Luis Rocha Coelho, na condição de presidente da Liga Independente do Bumba-Meu-Boi do Maranhão (LIBMA), exercício financeiro de 2012, em razão da dificuldade em localizá-lo, para os atos e termos do Processo nº 10287/2019, em especial para apresentar documentos e/ou esclarecimentos relativos às ocorrências consignadas no Relatório de Instrução no 21.323/2019-NUFIS03.

Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido Relatório de Instrução no prazo estipulado, será considerado revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do artigo 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações da Justiça, fica à disposição a cópia do Relatório de Instrução no 21.323/2019-NUFIS03, na sede deste Tribunal de Contas, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta

Cidade de São Luís/MA em 03/11/2020.

Conselheiro-Substituto OSMÁRIO FREIRE GUIMARÃES
Relator